

SINAES e os procedimentos de avaliação: a construção de uma nova cultura na Universidade?

Ana Karolína Ramalho de Araújo Rosas

Mestre em sociologia pela UFPB

E-mail: karolina.ufpb@gmail.com

Introdução

Este trabalho pretende analisar o processo de implementação de procedimentos avaliativos estabelecidos pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) na Universidade Pública brasileira, a partir do caso da Universidade Federal da Paraíba. Sua ideia é identificar como os procedimentos de avaliação estão sendo experienciados pelas universidades brasileiras. Será analisado o caso específico da UFPB para que, a partir do conhecimento da especificidade de seu processo de implantação do SINAES, seja possível contribuir para a compreensão sociológica do conjunto de processos sociais envolvidos na implementação de procedimentos avaliativos.

A universidade contemporânea passou por transformações importantes nas últimas décadas, e uma destas transformações foi a introdução de procedimentos de avaliação. Os procedimentos de avaliação estão presentes em 2.171 instituições de ensino superior em todo o Brasil, que se dividem em Universidades, Centros Universitários e Faculdades. Destas, 101 universidades são públicas e 91 universidades privadas; 44 centros universitários públicos e 136 privados e, 95 faculdades públicas e 1.704 privadas (Dados do INEP, 2012). Ao tomarmos a UFPB como caso de estudo, optamos por considerar especialmente os problemas e particularidades da avaliação nas universidades, centros universitários e faculdades públicas.

A introdução desses procedimentos de avaliação traz consigo elementos que remodelam o conteúdo e a concepção mesma de universidade. Assim, discutir os processos de avaliação na universidade levanta uma série de questões com grande interesse para a sociologia contemporânea: o que esses processos significam para os atores envolvidos? Como se dão as modificações requeridas pelos procedimentos de avaliação no cotidiano das universidades?

Há importantes diferenças entre o sistema universitário brasileiro e o europeu que deriva das diferentes formações históricas e sociais. Na Europa, a influência dos procedimentos de avaliação das universidades são mais visíveis, pois a maioria dos países foram submetidos a grandes reformas neoliberais de desregulamentação e privatização de setores públicos. Dado esse reconhecimento geral, o interesse neste trabalho é abrir caminho para entender as especificidades dos procedimentos de avaliação nas universidades brasileiras. Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento de formas de avaliação na universidade pública requer, para sua melhor compreensão, que se analise o processo de implantação das formas avaliativas não apenas através de seus dados quantitativos mais gerais, mas, especialmente, a partir da forma como os indivíduos se engajam ou não nesse processo. Nesse sentido, é preciso saber como os planos e idéias de avaliação são efetivamente vividos pela comunidade universitária, seus participantes e seu cotidiano, como diferentes grupos da vida universitária participam e relacionam suas percepções e projetos às demandas gerais de avaliação.

Assim, o objeto empírico deste trabalho é o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), implantado em 2004 pelo governo federal. Buscou-se responder como se dá a construção da avaliação institucional, especificamente na dimensão da organização da avaliação interna na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em termos mais específicos, foi estudado o processo de avaliação interna da UFPB do ano de 2013 a partir de observação participante nos Seminários de Autoavaliação realizados pela CPA em todos os Centros de Ensino do Campus I. Como complemento a observação dos seminários, também foram realizadas vinte e uma entrevistas com os membros das CPA (Comissão Própria de Avaliação) e da Comissão Executiva de Avaliação Institucional (CEAI), com alguns diretores ou vice-diretores dos centros do campus I da UFPB e coordenadores ou vice-coordenadores de alguns cursos dos centros do campus I da UFPB. Além das entrevistas, entender o atual momento do SINAES na UFPB requereu uma análise dos relatórios de autoavaliação institucional produzidos por esta universidade entre os anos de 2004 à 2012, bem como o atual projeto de Autoavaliação Institucional de 2013 – 2017.

Como perspectiva geral orientando a investigação, buscamos confrontar a idéia corriqueira de que a avaliação e os processos de avaliação são ‘apenas’ instrumentos (e por isso, meras formas neutras) que visam ‘somente’ a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa científica. A perspectiva adotada busca considerar as formas avaliativas como instrumentos políticos que, em seu processo de constituição, envolvem e engendram também

relações de poder e de controle, e que visam o estabelecimento de valores típicos do capitalismo contemporâneo nas universidades.

Quando analisamos o SINAES, e mais especificamente os processos de autoavaliação na UFPB, buscamos dar ênfase ao seu processo de implementação, à construção dos relatórios de autoavaliação e aos discursos envolvidos no decorrer deste processo. Desse modo, o problema central que este trabalho buscou responder é: Como se estruturam e desenvolvem os procedimentos avaliativos do SINAES entre os diversos atores que compõem a UFPB? Com esse problema, tentamos nos orientar em meio ao processo de avaliação que estava em curso no ano de 2013 e perceber quem, que atores específicos, na universidade se envolveram no processo, e quais eram as suas demandas ou resistências. Nesse sentido, e com o intuito de responder o problema central, algumas questões orientaram a tentativa de compreensão de como vem se estabelecendo o processo de avaliação: Será que esses mecanismos de avaliação se fundamentam numa maior participação e envolvimento de toda a sociedade e comunidade acadêmica de forma clara e democrática? Será que esses procedimentos de avaliação contribuem com a democratização das universidades ou com o aumento do controle e do produtivismo acadêmico?

O tema da avaliação é um problema central para a Universidade. Uma vez que o ato de avaliar algo pressupõe que se esteja diante de uma asserção justa e verdadeira, seus efeitos atingem não apenas o sistema de educação superior, mas têm impacto sobre toda a sociedade: é um assunto que envolve recursos públicos, instituições, comunidades, especialistas, projetos coletivos e individuais. Além disso, a avaliação serve de instrumento para reformas educacionais, produzindo mudanças na gestão, no currículo, nas estruturas de poder, nas concepções e prioridades da pesquisa, nas noções de responsabilidade social e na relação da universidade com a sociedade. Além de ser um fenômeno social e político, a avaliação tem também um forte conteúdo ético e moral, uma vez que o interesse nos resultados da avaliação está relacionado ao modo como os indivíduos percebem o papel da universidade e os rumos que a sociedade deve tomar.

Desse modo, o presente trabalho busca apresentar como se constitui o processo de avaliação implementado pelo SINAES na UFPB e contribuir para o entendimento dos processos de avaliação ao analisar como esse processo se estabelece em uma universidade pública brasileira. Nossa contribuição metodológica para uma sociologia da educação e das políticas públicas no Brasil está ancorada no fato de haver ainda pouca produção científica sobre avaliação das universidades públicas brasileiras, e, em termos de publicações sobre esse tema no nordeste, esse número é quase inexistente, pois a maior parte da produção científica

acerca do SINAES e da avaliação universitária se concentra nas regiões sul e sudeste do país. Portanto, consideramos importante, do ponto de vista metodológico, trazer ao debate sobre avaliação da universidade, a perspectiva de uma universidade e de seus atores, que estão, de certa forma, longe dos centros de produção científica sobre o tema estudado.

SINAES: A Atual Política de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

Em 1992, no Plano de Governo do candidato Lula foi expressa a visão de que a avaliação é um “instrumento para o planejamento e a intervenção do Estado, visando a melhoria do desempenho dos alunos e a melhoria do sistema de ensino” (Coligação Lula Presidente, 2002, p. 4). Nos primeiros meses do governo Lula foram desenvolvidos, no âmbito do Ministério da Educação, os trabalhos da Comissão Especial da Avaliação (CEA), instituída com o objetivo de elaborar um sistema de avaliação. A CEA elaborou e apresentou ao MEC um relatório dividido em duas partes: Parte I – Diagnóstico do marco legal e dos procedimentos de verificação e avaliação da educação superior e Parte II – Proposta para uma política de avaliação da educação superior. Esse documento foi denominado de “SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior” (BRASIL, 2004), que está em vigor até hoje. O SINAES, na sua origem, enquanto sistema de avaliação tinha como principal objetivo a melhoria da qualidade acadêmica e da gestão institucional (BRASIL, 2004) e divide-se em três eixos: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação dos estudantes.

No Brasil, desde as últimas décadas do século XX os procedimentos de avaliação passaram a ter papel central nas políticas de educação superior e com o SINAES o sistema de avaliação das universidades brasileiras se sofisticou e passou a abranger a grande maioria das universidades públicas.

O SINAES nasceu com a proposta de ser um sistema amplo, que contemplasse toda a diversidade presente nas mais diversas regiões do país e que a partir de um processo participativo e democrático de avaliação interna e externa pudesse contribuir para o aumento da transparência, responsabilidade social e melhoria da qualidade da educação no Brasil. Ao longo de seus dez anos de existência essa pretensão inicial se mostrou insólita. Várias modificações foram implementadas, novos instrumentos e técnicas foram criados e o sistema de avaliação mostrou a sua verdadeira face através de índices de medição como o CPC (Conceito Preliminar de Cursos), o IGC (Índice Geral de Cursos) e o IDD (Índice de Diferença de Desempenho). Esses índices tornaram-se a menina dos olhos do SINAES. O

resultado foi a consolidação de um sistema de avaliação instrumental que realiza uma correlação mecânica entre desempenho em prova e aprendizagem, entre insumos e resultados.

Portanto, compreendemos que é de suma importância conhecermos o SINAES e entendermos melhor como ele se fundamenta para podermos realizar uma crítica contundente dos procedimentos de avaliação das universidades e para podermos analisar o caso concreto da UFPB.

Das discussões do governo com a sociedade, notadamente com o mundo acadêmico, surgiu, em abril de 2004, a Lei nº 10.861, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O objetivo proposto para este novo modelo é o de avaliar os aspectos concernentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e, além disso, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, e aspectos da gestão da instituição, do corpo docente e das instalações (SINAES, 2004).

Dois órgãos criados com a Lei do SINAES merecem destaque: O CONAES e a CPA. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES foi criado com o objetivo de coordenar e supervisionar a avaliação da educação superior para implementar o SINAES, congregando o sistema federal com os sistemas estaduais, estabelecer as diretrizes de avaliação das IES e, junto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), compartilhar os processos de implantação nacional e disseminação do SINAES.

O outro órgão é a Comissão própria de Avaliação (CPA), que tem a função de coordenar o processo de avaliação interna em cada IES; sistematizar e prestar contas das informações solicitadas pelo INEP, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos existentes na instituição. A avaliação institucional interna é um processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas. O SINAES tem como princípios:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento à diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das IES;
- Globalidade institucional;
- Continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional;

- Regulação, não com um fim em si mesma, mas articulada a uma avaliação formativa e construtiva.

Todos esses princípios defendidos pelo SINAES são, evidentemente, tidos como positivos e de difícil questionamento. Como poderíamos ser contra princípios como “responsabilidade social, respeito à identidade das instituições, reconhecimento à diversidade do sistema”? A maioria de nós entende que é de responsabilidade do Estado assegurar que um bem público tenha qualidade para todos. Contudo, o problema no SINAES é que, enquanto projeto ele parece bastante pertinente e de alta relevância social, todavia, na prática, tem se reduzido, sobretudo nos últimos anos, a mecanismos de controle e índices classificatórios, através da constituição de rankings que visam comparar instituições - com o objetivo de inferir se as mesmas estão cumprindo metas instituídas pelas agências para as comunidades acadêmico-científicas. Uma das idéias que nos orientou foi tentar perceber se, na prática, o SINAES é capaz de possibilitar a realização de seus ideais de avaliação ‘formativa e construtiva’, ou estaria sufocando as práticas de diálogo e questionamentos próprios da universidade como instituições públicas que permitem os debates e reflexões.

O SINAES NA UFPB: ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de autoavaliação da Universidade Federal da Paraíba dentro do projeto SINAES iniciou-se em 2004, primeiro ano de institucionalização do SINAES nas universidades brasileiras. O período de realização dessa primeira avaliação constituiu o triênio de 2004 a 2006, e o primeiro relatório de autoavaliação institucional foi realizado no ano de 2006 e postado no sistema do Inep (em maio de 2006 (MOURA *et al*, 2013, p.2).

Essa primeira Autoavaliação Institucional da UFPB, foi realizada com grandes dificuldades, como esclarece Moura *et al* (2013):

O embate político com a gestão superior – que excluiu toda e qualquer avaliação da sua prática administrativa (embora ela, em tese, constasse no Plano de Desenvolvimento Institucional daquele período) – trouxe entraves diversos e dificuldades de toda ordem que só foram superados em função do aporte de recursos financeiros feito pelo INEP às CPAs das Instituições Federais de Educação Superior, mediante a celebração de convênio no final de 2005. (Moura *et al*, 2013, p.6).

Portanto, mesmo que o processo de autoavaliação estivesse institucionalizado na UFPB através de uma política nacional de avaliação do ensino superior, como é o SINAES, e estivesse presente no PDI da universidade, ela esbarrou em entraves políticos com a administração superior da universidade. Ou seja, houve uma tensão entre a concepção de uma política nacional de avaliação e a forma como ela se enraizou na realidade concreta da UFPB. Essa tensão se deu na medida em que, segundo Moura (2013), o reitor da universidade não concordou com o modelo de avaliação que estava sendo implementado, criando uma série de obstáculos à realização do processo de avaliação entre os anos de 2004 e 2006 e impedindo que o processo de avaliação fosse plenamente realizado nos anos subsequentes, inclusive, de acordo com o que um dos membros da CPA nos informou, fechando a sala onde a CPA estava instalada.

Ainda, para demonstrar essa tensão, de acordo com a fala da atual presidente da CPA:

[...] Nesses quase dez anos de SINAES houve uma descontinuidade muito grande, durante o período de uma administração superior anterior à Margareth [*atual reitora*] que não dava a menor força, o menor estímulo e dizia isso com todas as palavras, chegou a dizer a uma das comissões que eu presidi na época, que eu deixei por causa disso. Não valorizava, que não era esse tipo de avaliação que ele queria, que ele queria de outras formas, etc. Então houve essa descontinuidade. (Entrevista concedida pela presidente da CPA em 22/11/2013).

Ainda de acordo com MOURA *et al* (2013), foi através de um “aporte de recursos financeiros” realizado através de um convênio INEP-UFPB, que se tornou viável a organização, a promoção e a divulgação da autoavaliação na instituição, mesmo sem o apoio da administração superior da universidade, pois foi com esses recursos que foram elaborados e impressos o material de divulgação do SINAES, os deslocamentos da CPA através dos Campi para aplicar questionários de avaliação e a compra de equipamentos de informática. Esse convênio possibilitou a logística da impressão e da divulgação dos relatórios de autoavaliação que foram encaminhados à comunidade acadêmica e ainda a publicação, em 2006, do livro “O SINAES na UFPB: relato das experiências da Comissão Própria de Avaliação e da Comissão Executiva de Avaliação da Universidade Federal da Paraíba” (Moura, 2006) organizado pela professora Maria Elba Dantas Moura, presidente da CPA na época e também presidente da CPA na atual avaliação interna de 2013 da UFPB. Além do convênio entre o INEP e a UFPB houve a intervenção da Controladoria Geral da União “que

determinou prazo para que a Administração Superior disponibilizasse à CPA os documentos que esta lhe solicitara sem sucesso” (MOURA *et al*, 2013, p.6).

Este é mais um dos indicadores dos problemas políticos enfrentados na UFPB para implantação dos procedimentos de avaliação de forma participativa e democrática. A necessidade de interferência da Controladoria Geral da União para que a administração superior da universidade disponibilizasse os documentos necessários para que a CPA realizasse o seu trabalho de avaliação demonstra certa burocratização dos procedimentos administrativos da universidade e no mínimo, má vontade em colaborar para a consolidação de um processo democrático de avaliação da universidade, onde se percebe que interesses resultantes de uma distribuição de poderes particular se impõe ao desenvolvimento dos planos de avaliação.

Todavia, no período posterior à primeira avaliação não foi realizada uma nova autoavaliação institucional na UFPB. De acordo com Moura et al (2013):

Sem o apoio da Administração Superior, sem os meios para continuar com as atividades de sensibilização, com poucos recursos financeiros para realizar deslocamentos, pesquisar e contratar serviços de tecnologia de informação para consolidar as bases de dados, foram vãos os esforços empreendidos. Observou-se, em consequência, o retrocesso da ainda incipiente cultura de avaliação. A esse processo de desmonte, as CPAs do período 2007-2010 assistiram, impotentes, apesar dos esforços empregados para evitar a descontinuidade da avaliação institucional interna” (Moura *et al*, 2013, p.6).

Podemos inferir ainda a partir desta fala que esses primeiros anos de implementação de procedimentos de avaliação na UFPB não foram suficientes para propiciar um processo de participação e envolvimento da comunidade acadêmica no debate em torno do significado da avaliação para a universidade.

O atual processo de Autoavaliação Institucional, objeto principal de nosso trabalho, iniciou-se em 2013. Este projeto de autoavaliação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB será desenvolvido nas 10 Dimensões definidas na Lei 10.861 de 2004, mas contemplará, inicialmente, as Dimensões 7 - Infraestrutura e 4- Comunicação com a sociedade.

O relatório de 2013 foi lançado em março de 2014, na gestão da atual Reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. O processo de avaliação contou com a participação, através de resposta aos questionários de avaliação, de 6,2% dos 31.837 alunos de graduação e pós-graduação; 42% dos 2.248 docentes e de 29,9% dos 2.558 servidores

técnico-administrativos (AVALIES – UFPB, 2014, p.8). Essa participação se limitou ao corpo acadêmico escolher entre as respostas ‘Precário’; ‘Regular’; ‘Bom’; ‘Muito bom’; ‘Não sei’ ou ‘não se aplica’ em dois questionários sobre as dimensões de infraestrutura e comunicação com a sociedade. Esses questionários foram enviados por e-mail para a comunidade acadêmica em geral.

Devido à falta de quórum nos seminários e a conseqüente dificuldade de desenvolver uma pesquisa a partir das ausências, ainda que estas sejam extremamente significativas, decidimos realizar entrevistas com diretores, coordenadores e membros da CPA, no intuito de coletar melhores informações e materiais que pudessem contribuir com a nossa investigação. Nesse sentido, o desenho da pesquisa sofreu uma modificação crucial em seu desenho num momento delicado. Ao orientar-me pela bibliografia e pelos documentos produzidos em outras avaliações, acreditei na existência de uma participação da comunidade no processo de avaliação e, especialmente, no fato de que haveria um processo de disputa na construção de uma idéia de universidade no momento da avaliação. A ausência de público e de atores engajados nessa construção do processo de avaliação no momento dos seminários é também extremamente significativa e permite um olhar particular sobre os documentos produzidos anteriormente. Além disso, a escassa participação da comunidade acadêmica nos seminários de autoavaliação se tornou um dado importante em nossa pesquisa ao demonstrar o quanto o tema da avaliação não entrou na agenda de debate da UFPB de forma ampla e nem tampouco contribuiu para uma conscientização dos aspectos de instrumentalização trazidos pela implementação de procedimentos avaliativos na universidade, ficando o debate restrito em sua maioria a questões infraestruturais, a reclamações sobre problemas e serviços. Contudo, é preciso chamar atenção para o fato de que a pesquisa sofreu uma guinada a partir dos achados do campo. As entrevistas com diretores, chefes e coordenadores foi o caminho encontrado para tentar compreender o que de fato estava ocorrendo sob o nome de ‘autoavaliação’ e, especialmente, se seria possível indicar algumas razões para essa fragilidade do processo na UFPB. Do ponto de vista da lógica da pesquisa qualitativa, essas mudanças de desenho não chegaram a comprometer o desenvolvimento do trabalho uma vez que o fato de não encontramos o processo de autoavaliação tal como ‘deveria’ é algo extremamente significativo para o problema teórico geral que orienta a pesquisa.

Realizamos vinte e uma entrevistas com diretores ou vice-diretores dos Centros de Ensino do Campus I da UFPB; com coordenadores ou vice-coordenadores de cursos de graduação e com membros da CPA (Comissão Própria de Avaliação) e da CEAI (Comissão Executiva de Avaliação Institucional). Como as temáticas nas entrevistas eram entrelaçadas,

optamos por construir, a partir dos discursos elaborados por esses sujeitos, três dinâmicas de forma a permitir uma apreensão mais efetiva das ligações e implicações que esses campos temáticos apresentavam: a) A construção do significado da avaliação; b) A prática ou o exercício da avaliação; e c) A publicização dos resultados da avaliação. Nosso objetivo era entender como essas três questões se desenvolvem no processo da avaliação e como os atores viviam cada um desses aspectos.

A grande maioria dos entrevistados afirmou que se interessara pelo processo de avaliação por que o vê como um processo ‘importante’ e ‘necessário para a melhoria da qualidade da educação’ e ‘instrumento indispensável para o planejamento das instituições’, conforme deixa claro a fala a seguir:

[...] Como docente, acredito que o processo de autoavaliação é o caminho natural para quem quer fazer diagnósticos para orientar seu planejamento visando melhorar seu desempenho. Como docente, tenho buscado sempre novas estratégias de autoavaliação e sempre que possível, em função dos resultados, reorientado minhas estratégias didáticas. (Entrevista concedida por membro CEAI, docente – CCS em 19/01/2014).

Quando perguntados sobre o que acham do processo de avaliar a universidade, as respostas tanto dos membros das comissões quanto dos gestores foram, em maioria, registros que revelaram e afirmaram a importância da avaliação interna e a relacionaram como parte da gestão estratégica da universidade e sua articulação ao planejamento acadêmico institucional. Conforme explicitam a seguinte fala:

[...] Eu acho que é uma atividade que ajuda a projetar o futuro das coisas. É uma atividade que deve ser constante e que ajuda a aprimorar essas atividades e depois para projetar o seu futuro, eu sempre fui a favor, é preciso geoprocessar a nossa universidade. (Entrevista concedida pelo diretor do CCTA em 09/12/2013)

Uma contradição surge em relação a esta fala: se a avaliação é encarada como um processo fundamental para a universidade por que então há tão pouca participação da própria comunidade acadêmica? Será realmente que a maioria da comunidade acadêmica encara a avaliação como um processo fundamental para a universidade? Ou será que a grande resistência identificada em todos os processos de avaliação ocorridos na UFPB é um indicador de que na verdade as pessoas ainda estão resistindo e encarando o processo de avaliação como

algo que trará uma maior racionalização e controle para a universidade? Outras falas indicaram ainda a importância de avaliar as universidades para aumentar a transparência e a impessoalidade nas relações, como fica demonstrado a seguir:

[...] Essencial. Em virtude de estarmos administrando e portanto temos a responsabilidade com o dinheiro público. É fundamental porque temos que responder pela verba e por nossos resultados para a sociedade brasileira. E em segundo lugar porque eu não posso conceber nenhum sistema administrativo e nenhuma concepção de gestão que não envolva avaliação dos resultados para saber se seus projetos estão funcionando, e tudo isso depende evidentemente de avaliação. Também é importante para atender princípios constitucionais, de transparência, impessoalidade, não consigo conceber instituições públicas em Estado democrático que não enfrente ou assuma como prioridade, e elabore e execute e que esteja sob permanente sistema de avaliação e autoavaliação. (Entrevista concedida pela Coordenadora do Curso de Filosofia – CCHLA em 10/12/2013).

Mas, quando perguntado aos gestores se conheciam o Projeto SINAES, quase metade dos entrevistados afirmou que não conhecia ou conhecia apenas superficialmente, conforme a fala a seguir: “Agente tem uma visão bem superficial, mas o projeto nunca chegou teoricamente como instrumento de análise da gente. Conheço como curiosa, fico pesquisando, mas não veio pra cá”. (Entrevista concedida pela Coordenadora do Curso de Pedagogia – CE em 10/12/2013).

Percebemos uma contradição no fato de a maioria concordar com o fato de se avaliar as universidades, achando até um fator necessário e fundamental, porém quase metade dos entrevistados não conhecia ou conhece apenas superficialmente o projeto SINAES, que é o atual projeto de avaliação das universidades brasileiras. Essa contradição pode sugerir que enquanto projeto, isto é, enquanto teoria, a avaliação é considerada um instrumento que trará eficiência à organização das universidades, todavia, na prática, no cotidiano, sua institucionalização é pouco conhecida e reconhecida, provocando ainda inúmeras resistências.

Os entrevistados que concordam com a avaliação, que a entendem como um processo fundamental para a universidade acham que a avaliação é:

[...] Necessário. Não se administração sem controle e a avaliação é uma forma de controlar as decisões tomadas ao longo de uma gestão, bem como corrigir eventuais desvios nos resultados. A qualidade vem com o nível de avaliação das ações. Avaliar é acompanhar o andamento das empresas e das pessoas que a fazem. (Entrevista concedida pelo Coordenador do Curso de Administração em 07/01/2014)

Houve ainda, críticas ao projeto:

[...] Como ferramenta é muito bom, mas as pessoas no sistema público ainda têm muitas resistências. O projeto foi empurrado de cima para baixo. Toda ferramenta implantada desta forma, os resultados são muito tímidos. Vejo o SINAES como um processo muito caro para pouco resultado. Não mudou quase nada a partir da implantação do SINAES. Todo resultado advindo de uma avaliação, deve ser comunicado, discutido, melhorado e isto não acontece com o SINAES. (Entrevista concedida pelo Coordenador do Curso de Administração em 07/01/2014). De acordo com um dos entrevistados:

[...] Muitas vezes, em função das avaliações. Acontece o ranqueamento das IES ou de cursos e isto traz como que um aspecto de competição que não é saudável! A própria comunidade, por desconhecimento ou falta de envolvimento, acredita que a avaliação é uma espécie de fiscalização. (Entrevista concedida por membro da CEAI, docente do CCS em 19/01/2014).

Nesta fala pudemos perceber uma resistência em relação aos procedimentos de avaliação que podem culminar na formação de rankings e competições entre as instituições, além de mais uma vez, o problema da falta de envolvimento e participação da comunidade acadêmica e até mesmo certa resistência aos processos de avaliação com efeitos regulatórios. Portanto, se há, por um lado, a valorização dos procedimentos avaliativos enquanto instrumento necessário para a melhoria do desempenho das universidades no discurso oficial, pronto, tentando acertar o que é socialmente aceito há, por outro lado, resistência a esses mesmos procedimentos pelo aspecto de competição e fiscalização que podem trazer às universidades.

Podemos inferir a partir destes dados que seria muito prematuro falarmos da constituição de uma cultura de avaliação na UFPB, visto que a grande maioria dos entrevistados apontou a existência de resistência aos procedimentos de avaliação por parte de toda a comunidade acadêmica. Esta resistência e baixa adesão aos procedimentos de avaliação foram demonstradas através do número de participação da comunidade acadêmica na resposta aos questionários. Apenas 6% do total de alunos de graduação e pós-graduação responderam aos questionários; 29% dos servidores técnico-administrativos e 42% dos docentes. Quando falamos da participação nos seminários de autoavaliação esses dados ficam ainda mais evidentes.

De modo geral, a análise das falas deixa transparecer ausência de engajamento dos diferentes segmentos universitários no processo da avaliação, pela falta de conhecimento do processo, de como ele vai acontecer e de seus reflexos e possíveis impactos na vida da universidade. O que é evidente nesses discursos é que a questão da pouca participação dos diversos segmentos universitários no processo avaliativo está vinculada a um sentimento de descrédito que esses segmentos nutrem em relação à avaliação. Há uma percepção do processo como necessário, mas o entendimento do SINAES, que está sendo utilizado como base para a construção do processo de avaliação interna da universidade, não está claro, inclusive para os membros das Comissões, conforme explícito a seguir: “Estou me informando sobre tudo isso agora, eu já tinha ouvido falar da sigla SINAES, mas até agora não sei muito bem do que se trata” (Entrevista concedida por membro CPA, Discente – CT em 10/12/2013). Da mesma forma isso acontece no âmbito de muitas Coordenações e Diretorias, onde muitos Gestores não têm o entendimento do SINAES e dos percursos da avaliação que ele traz.

O que pudemos trazer como contribuição a partir de todo o processo analisado até aqui é que há na UFPB certo consenso, expresso nas falas dos diversos atores entrevistados na pesquisa empírica, de que os procedimentos de avaliação são procedimentos necessários para o desenvolvimento da instituição universitária como um todo, pois é a partir da instrumentalização destes procedimentos que será possível realizar um diagnóstico do que precisa ser melhorado em termos de “modernização” da universidade. A impressão é de que eles conhecem esse objetivo, falam sobre ele, mas não vivenciam sua prática. Esta visão está expressa, independente da posição ocupada ou da área de conhecimento ao qual pertencem os entrevistados. Porém, mesmo havendo esse consenso, também identificamos resistências em participar do processo real de autoavaliação, seja por medo ou receio de serem avaliados, seja por descrédito do processo real de avaliação que se institucionalizou nas universidades, que para alguns, não é suficientemente democrática, ou visa apenas a constituição de rankings e comparações entre as instituições, ou mesmo, não operam transformações de fato na realidade das universidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisarmos o SINAES e mais especificamente os processos de autoavaliação na UFPB, buscamos dar ênfase ao seu processo de implementação, aos discursos envolvidos, à construção dos relatórios de auto-avaliação e às divergências e consensos consolidados no

decorrer deste processo. O problema central foi: Como se estruturam e desenvolvem os procedimentos avaliativos do SINAES entre os diversos atores que compõem a UFPB? Nesse sentido, e com o intuito de responder o problema central, tivemos algumas questões que orientaram a tentativa de compreensão de como vem se estabelecendo o processo de avaliação: Será que esses mecanismos de avaliação se fundamentam numa maior participação e envolvimento de toda a sociedade e comunidade acadêmica de forma clara e democrática? Será que esses procedimentos de avaliação contribuem com a democratização das universidades ou com o aumento do controle e do produtivismo acadêmico?

Quando analisamos um processo de dimensões mundiais como são os procedimentos de avaliação e depois partimos para a análise das características desse processo nas universidades brasileiras e especificamente tomando como exemplo o caso da UFPB vimos que esse processo toma conformações específicas que estão marcadas pela dinâmica própria da universidade, as relações, os conflitos, os interesses.

Neste processo de avaliação, que serviu de base para a nossa investigação identificamos uma série de contradições entre a formação de um discurso oficial pelos gestores e membros da CPA e CEAI e a prática desse processo na UFPB. Essa contradição ficou demonstrada a partir de um discurso que comprovava a importância da avaliação enquanto processo fundamental para a universidade, mas na prática poucos participaram da avaliação ou mesmo sabiam algo sobre o SINAES.

Vimos que não há muita diferenciação de concepção entre os diversos atores entrevistados sobre qual a importância da avaliação para a universidade. A grande maioria deles afirmou que a avaliação é um processo fundamental e necessário para a universidade, pois fundamenta e cria as bases para um melhor planejamento e identificação dos problemas enfrentados pela universidade, proporcionando a oportunidade de melhorar a qualidade da educação e a contribuição para o desenvolvimento regional e nacional. Chegamos à conclusão de que novos valores passaram a orientar a experiência acadêmica, tais como a necessidade de uma avaliação constante, o fortalecimento de uma noção de planejamento e de gerenciamento muito próximos de uma ideia de administração e de controle das universidades.

Uma análise mais detalhada dos relatórios de autoavaliação produzidos pela UFPB nesses três períodos demonstrou uma lógica que está por trás dos argumentos desenvolvidos. São relatórios muito parecidos uns aos outros, com uma linguagem técnica, que nos levou a inferir que não foi produzido a partir de um processo amplo e democrático de autoavaliação que envolvesse a comunidade acadêmica no debate sobre o que é a avaliação, sobre seus princípios e qual a concepção de educação que ela envolve. Concluímos a partir da leitura

destes relatórios que eles foram construídos através de um processo burocrático de reprodução de relatórios técnicos sobre a gestão da universidade, sua visão de planejamento e forma de gerir administrativamente a universidade, que em nada contribuem para a construção de uma universidade democrática e emancipatória, mas, para o aumento do controle e da instrumentalização da universidade.

Além disso, as Comissões de Avaliação não foram constituídas a partir de um processo de escolha que envolvesse a comunidade acadêmica, mas através de indicações de gestores, onde não deixa claro quais os critérios envolvidos nessa escolha. Outra crítica que fizemos em relação a esses processos de autoavaliação realizados na UFPB é que não foram realmente processos de 'autoavaliação', pois não há uma avaliação dessas avaliações realizadas pela comunidade acadêmica e não há um feedback para a mesma, não há um esclarecimento dos problemas enfrentados, a não ser os relatórios técnicos lançados que debatem o problema da avaliação apenas superficialmente.

Também é possível concluir que não houve uma mudança de paradigma com relação ao tema da avaliação na UFPB, pois o debate em torno do que é a avaliação, o que significa a implementação de procedimentos avaliativos na universidade e que mudanças elas podem trazer para a UFPB continuam muito superficiais. Não há muito interesse da comunidade acadêmica em torno deste assunto e isso acaba sendo propício para a continuidade de uma lógica perversa de avaliação, que se instala de cima para baixo, e continua a implementar mudanças nas formas do trabalho acadêmico, e essas mudanças, por serem entendidas apenas como mudanças administrativas e de planejamento estratégicos seguem o seu curso de 'racionalização' da universidade sem grandes críticas.

Concluimos também que se há, por um lado, a valorização dos procedimentos avaliativos enquanto instrumento necessário para a melhoria do desempenho das universidades no discurso oficial, pronto, tentando acertar o que é socialmente aceito, há também, por outro lado, resistência a esses mesmos procedimentos pelo aspecto de competição e fiscalização que podem trazer às universidades.

De modo geral, a análise dos dados deixa transparecer ausência de engajamento dos diferentes segmentos universitários no processo da avaliação, pela falta de conhecimento do processo, de como ele vai acontecer e de seus reflexos e possíveis impactos na vida da universidade. O que é evidente nesses discursos é que a questão da pouca participação dos diversos segmentos universitários no processo avaliativo está vinculada a um sentimento de descrédito que esses segmentos nutrem em relação à avaliação. Há uma percepção do processo como necessário, mas o entendimento do SINAES, que está sendo utilizado como

base para a construção do processo de avaliação interna da universidade, não está claro, inclusive para os membros das Comissões.

Portanto, podemos concluir que não há na UFPB a consolidação de uma cultura de avaliação, como em universidades de países da Europa ou dos Estados Unidos, pois os procedimentos de avaliação não têm na UFPB o grau de eficiência e autonomia que percebemos ter nesses países. Na UFPB, durante alguns anos, os procedimentos de avaliação estiveram à mercê de decisões políticas da administração superior, passando até a serem suspensas durante os anos de 2006 a 2010 por que, segundo alguns membros da CPA, o Reitor não concordava com o tipo de avaliação que estava sendo implementada, sendo esta decisão, não debatida com toda a comunidade acadêmica.

Além disto, percebemos que um procedimento tão importante, social e politicamente, como são os processos de avaliação das universidades, não estão incorporados no debate acadêmico, chegando a não serem conhecidos ou conhecidos apenas superficialmente por toda comunidade acadêmica e até mesmo para alguns membros das Comissões de Avaliação.

Contudo, apesar desde desconhecimento, pudemos perceber, que os procedimentos de avaliação processam mudanças no processo de trabalho de alguns docentes e gestores da UFPB, que passaram a estar preocupados em adaptar seus processos de trabalho em vista da projeção da posição ocupada pela UFPB nos rankings institucionais, ou mesmo, em saber qual conceito receberão do MEC nas avaliações externas.

Além disso, o próprio processo de avaliação que vigora através do SINAES não permite que uma autoavaliação democrática e emancipatória da universidade seja possível. É fato que os procedimentos de avaliação se tornaram uma realidade na maioria dos países, quase todas as universidades do mundo tiveram que se adaptar a essa lógica e no Brasil isso não foi diferente. Durante muitos anos vigorou um processo que foi muito criticado por especialistas da área pelo seu caráter instrumental, o 'Provão'. O SINAES nasce com a perspectiva de ser um sistema que traria uma dimensão participativa e emancipatória de avaliação, que incluiria toda a comunidade acadêmica em um processo democrático de autoavaliação, essa era a novidade proposta pelo SINAES. Todavia, o que se processou na realidade foi o fortalecimento de técnicas de avaliação instrumentais que diagnosticaria a qualidade da educação e do trabalho acadêmico através de índices. Estes índices passaram a dominar o cenário da avaliação no Brasil, juntamente com o ENADE, que coloca em rankings a posição das universidades, destacando as universidades de ponta, que serão aquelas que receberão maiores investimentos do MEC, e que serão aquelas que trarão maiores retornos e custo-benefício dentro de um mercado educacional, e o que se chama de autoavaliação

tendeu-se a um segundo plano, burocratizou-se, é apenas um processo que se realiza para cumprir com as exigências do MEC. Ano após anos os questionários são aplicados, os relatórios desenvolvidos e enviados ao MEC, quando não são apenas uma reprodução para cumprir tabela, como vimos em nossa pesquisa, e todo o processo fica desacreditado. Uma autoavaliação, no sentido de autorreflexão conjunta por parte de toda a comunidade para avaliar o sentido da avaliação ou mesmo para avaliar a própria necessidade de avaliação não existe.

No SINAES, os ‘proprietários’ e destinatários principais da avaliação são os órgãos do governo. Os objetivos mais importantes são controlar, hierarquizar, comparar e ranquear as universidades:

tudo isso com pretensa neutralidade e objetividade, como se a avaliação fosse isenta de valores e interesses, como se os números, as notas, os índices fossem a própria avaliação e pudessem dar conta da complexidade do fenômeno educativo” (DIAS SOBRINHO, 2008, P.821).

O que ficou demonstrado ao longo de nossa pesquisa foi que o fato de que não há uma cultura de avaliação na UFPB não significa que ainda estamos vivenciando um modelo de *Bildung* como estava presente no ideal de universidade de Humboldt ou mesmo uma universidade de esquerda que esteja barrando o processo de instrumentalização imposto pelos procedimentos de avaliação, mas, uma universidade que não compreende de fato o verdadeiro significado da avaliação enquanto forma capitalista de instrumentalização da universidade pública e de perda do verdadeiro sentido de universidade autônoma. A cultura de avaliação, na forma instrumental e burocrática como é imposta pelas agências governamentais não condizem com um modelo de universidade autônoma e democrática e nem contribuem para o aumento da transparência e da qualidade da educação, mas para o fortalecimento de uma lógica que reproduz a cultura do desempenho, da performance, da eficiência e da competitividade entre as universidades.

Se mergulharmos na literatura acadêmica veremos alguns diagnósticos acerca da ‘universidade em ruínas’¹, heterônima e submetida aos critérios de eficácia e produtividade –

¹ Trindade, Héglio. Universidade em ruínas: na república dos professores. Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.

muito embora a nossa própria experiência acadêmica baste para comprovarmos alguns desses diagnósticos sombrios.

Esta crise da autonomia da universidade aponta para o fato da universidade adotar critérios da racionalidade instrumental e competitiva, típica da esfera econômica – há muito que as fronteiras desvaneceram-se. A universidade aliena sua autonomia a fins externos e a fins que são impostos de cima para baixo. Sua agenda científica passa a ser quase que completamente imposta pelas agências governamentais. Ela passa a se definir de acordo com as exigências atuais: da tecnocracia, do mercado, da técnica produtivista e da organização eficiente. Enfim, deixam de ser instituições e passam a ser organizações. Qual o papel da universidade neste novo contexto? A universidade seria apenas um lugar de treinamento de competências técnicas? Uma organização que estaria competindo com outras dentro de um mercado educacional? Seria um novo setor econômico tal qual a tendência imposta pelas agências e agentes do Estado, como CAPES, CNPq e SINAES? A produção científica seria apenas para alimentar uma agenda tecnológica ditada pelo governo? Se esta é a tendência em marcha, qual é então o papel da teoria?

Estas questões não trazem respostas fáceis, e longe de pretender apontar soluções ou de trazer considerações definitivas em torno de uma temática tão controversa como é a da autonomia da universidade, gostaria apenas de lembrar, dentro do viés da teoria crítica, que a educação contém em si um potencial crítico, que pode nos remeter a questão dos sentidos, ao questionamento dos determinantes sociais, econômicos e políticos do conhecimento. Podemos lembrar aqui, que a educação não possui apenas a tarefa de instrução e capacitação profissional voltado para atender os interesses econômicos e sociais, mas de fortalecimento da dimensão crítica, ética, cultural, emancipatória e autônoma dos sujeitos; de compreensão crítica da história, e da formação do pensamento autoreflexivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior.** Brasília, DF, 2004.

COLIGACAO LULA PRESIDENTE. **Uma escola do tamanho do Brasil:** caderno temático do programa de governo. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.

MOURA, Maria Elba Dantas(Org.). **O SINAES na UFPB:** relato das experiências da Comissão Própria de Avaliação e da Comissão Executiva de Avaliação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Manufatura, 2006.

MOURA, Maria Elba Dantas; Burity, Caroline Rangel Travassos; Monteiro, Renata Conceição Neves. **Evolução Histórica das Auto-avaliações Institucionais na Universidade Federal da Paraíba.** 2013.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior no segundo governo Lula “provão II” ou a reedição de velhas práticas? **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

TRINDADE, Hélió. **Universidade em ruínas:** na república dos professores. Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2012.** João Pessoa/PB, Agosto 2010.